



V SINGEP

Simposio Internacional de Gest3o de Projetos, Inova3o e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

Evidencia3o de ativos intang3veis, informa3o como fator de inova3o e vantagem competitiva para as organiza3oes

RAFAEL MAXIMIANO FERREIRA

Universidade Estadual do Oeste do Paran3 - UNIOESTE
rafamaxf@gmail.com

KELLY REGINA DE MATHIAS

Pontificia Universidade Cat3lica do Paran3
kellymathias@gmail.com

FATIMA EDUARDA SCHMITK COLLE

Universidade Estadual do Oeste do Paran3 - UNIOESTE
eduarda@schmitkcolle.com

SAMUEL LYNCON LEANDRO DE LIMA

Universidade Estadual do Oeste do Paran3 - UNIOESTE
samuellynconleandro@gmail.com

Agrade3o a comiss3o organizadora a oportunidade de estar participando de um evento bem elaborado e com destaque nacional como o SINGEP.



EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS, INFORMAÇÃO COMO FATOR DE INOVAÇÃO E VANTAGEM COMPETITIVA PARA AS ORGANIZAÇÕES

Resumo

O presente artigo apresenta definições sobre ativo intangível, no que tange suas principais contas. A pesquisa tem caráter descritivo, com abordagem qualitativa, sendo conduzida por meio da análise documental do tipo *ex-post-facto*, contando com 27 empresas que estão listadas no segmento Nível 1 de governança Corporativa da BM&F Bovespa. O estudo teve como objetivo verificar qual o grau de aderência das companhias ao Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o trabalho identificou as classes de Ativos Intangíveis foram evidenciados dentro das demonstrações contábeis das companhias estudadas e avaliou se ocorreu uma evolução no nível de evidenciação do grupo do ativo intangível. Foram alvo do presente estudo os períodos de 2007, 2008 e 2014. Os resultados demonstram que foram utilizadas 15 classes de Ativos Intangíveis para evidenciar os componentes do grupo ativo intangível, com a realização dos procedimentos de teste das informações coletadas nos Balanços Patrimoniais e Notas Explicativas, foi possível concluir que ocorreram evoluções nos níveis de evidenciação de informações sobre o grupo do ativo intangível nos períodos analisados. Confirmando desta maneira a crescente importância de tais ativos para a gestão competitiva e inovadora de negócios.

Palavras-chave: ativo intangível; vantagem competitiva; evidenciação; pronunciamento técnico CPC 04 (R1) – ativo intangível.

Abstract

This article presents definitions of intangible assets, regarding their main accounts. The research is descriptive, with a qualitative approach, conducted through documental analysis of the type *ex-post-facto*, with 27 companies that are listed in the segment Corporate Governance Level 1 of BM&F Bovespa. The study aimed to determine the degree of adherence of companies to CPC 04 (R1) - Intangible Assets, the work identified classes of intangible assets were disclosed in the financial statements of the companies studied and assessed whether there was an increase in the level of disclosure of intangible assets of the group. They were the subject of the present study periods of 2007, 2008 and 2014. The results show that we used 15 Intangible Assets classes to show the components of the intangible asset group, with the completion of the test procedures of the information collected in the Balance Sheets and Notes, it was concluded that there were developments in disclosure levels of information about the intangible assets of the group in the analyzed periods. Confirming this way the growing importance of such assets to the competitive and innovative business management.

Keywords: intangible assets; competitive advantage; disclosure; pronouncement CPC 04 (R1) - intangible assets.



1 Introdução

O mundo empresarial se encontra inserido em uma economia do conhecimento, onde os recursos tradicionais não representam uma real vantagem competitiva e de inovação para as organizações (Hoss), 2010. Neste novo cenário adquirir ativos tangíveis ficou relativamente mais fácil, o acesso ao crédito é um dos grandes responsáveis por tal fato. Desta maneira os ativos tangíveis não representam uma vantagem competitiva que seja difícil de copiar (Barney, 1991). Tais mudanças mercadológicas possibilitaram que os ativos intangíveis em especial, o capital intelectual, ganhassem grande importância dentro das modernas organizações.

As empresas possuem a necessidade de se manterem competitivas e atrativas para o mercado, ao mesmo passo, que necessitam rapidamente se adaptarem as mudanças. No entanto, para que tal fato ocorra, é necessário que tais informações sejam evidenciadas, para demonstrar ao mercado que a empresa sabe administrar e avaliar seus ativos intangíveis. As empresas vêm buscando cada vez mais novos mercados e novas práticas, para assim atingir novos consumidores e aumentar seus ganhos. A ciência contábil evoluiu ao mesmo passo que as empresas, procurando aprimorar as práticas contábeis existentes, para que assim possa refletir com fidedignidade a situação das entidades e reportar o maior número de informações aos *stakeholders*. Para que tal fato se tornasse realidade, a contabilidade mundial nas últimas 3 décadas, caminha para uma situação de harmonização de suas regras e práticas, uma vez que, somente desta maneira, será possível que os usuários consigam extrair dos relatórios informações que lhe permitam realizar avaliações e comparações entre várias companhias.

As empresas estão inseridas em um contexto totalmente novo, onde a velocidade das informações e transações são cada vez mais rápidas e eficientes, onde o que uma entidade faz, pode ser facilmente copiado e que de acordo com Rumelt (1998) o negócio desenvolvido por uma empresa deve tanto corresponder, ser adaptado e competir com outras empresas que estejam no mesmo ambiente. Tal fato é o motivo pelo qual os ativos intangíveis ganharam um destaque significativo nas últimas décadas, uma vez que hoje eles são os verdadeiros diferenciais de uma empresa, podendo proporcionar a entidade que o detêm, se bem gerenciados, ganhos acima do que é considerado normal. De maneira que os ativos intangíveis se apresentam como ativos estratégicos para as organizações que o detêm.

Alinhado ao aumento significativo da importância dos ativos intangíveis nas organizações e conseqüentemente na economia e buscando melhorar o nível de informações a respeito dos ativos intangíveis, o *Financial Accounting Standards Board (FASB)* emitiu em 2001, o pronunciamento técnico *I42*, que normatiza o tratamento a ser dado aos ativos intangíveis no mercado norte-americano. Buscando se adequar a ideia do pronunciamento da *Fasb*, o *International Accounting Standards Board (IASB)*, órgão máximo no contexto de normatização da contabilidade no nível internacional, atualiza em 2004 a *International Accounting Standard (IAS) 38*, que passa a utilizar novos métodos de reconhecimento, mensuração e divulgação de informações referentes aos ativos intangíveis. Em 2008 o Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, edita o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativos Intangíveis, visando à convergência e harmonização das normas e práticas brasileiras aos padrões adotados internacionalmente.

Considerando a importância dos ativos intangíveis no cenário empresarial mundial e brasileiro a presente pesquisa se concentra em determinar qual o grau de conformidade da evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios contábeis das companhias, considerando-se a obrigatoriedade da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível. Deste modo, o estudo tem como objetivo principal, verificar a representatividade do grupo do ativo intangível frente ao ativo total e o patrimônio líquido das companhias selecionadas. De



forma específica se faz necessário a elaboração dos seguintes objetivos específicos: reportar quais ativos intangíveis são evidenciados nos relatórios contábeis das companhias, apresentar o percentual de companhias que mencionam informações sobre este grupo por meio de notas explicativas, e evidenciar o percentual de adequação da evidenciação destes ativos frente ao que se estabelece no CPC 04 (R1), além de mensurar a existência de evolução no nível de adequação as normas propostas considerando os períodos que são alvos do estudo.

2 Ativo Intangível

Os ativos intangíveis constituem uma das áreas mais complexas da ciência contábil, em parte em virtude das dificuldades de definição, mas principalmente por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e de suas vidas úteis. Alguns autores consideram o ativo intangível como sendo o núcleo do conhecimento. De maneira que o balanço de uma empresa pode representar um raio-X de como ela está hoje, mas não é a ferramenta mais confiável e apropriada para perceber seu desempenho num futuro próximo, desta maneira os ativos intangíveis constituem uma importantíssima ferramenta para a inovação e competitividade das organizações (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2009; JOIA, 2001).

Ao se considerar a complexidade de tal tema, para melhor compreensão do trabalho é necessário que se conceitue o que são ativos intangíveis. Iudícibus (2010) afirma que os ativos intangíveis são aplicações de recursos em bens corpóreos que contribuirão para a formação dos resultados futuros da entidade que o detêm. Martins *et al.* (2013, p. 317) por sua vez os definem como sendo um ativo como outro qualquer, agregados de benefícios econômicos futuros para a entidade que possui controle e exclusividade de exploração, sendo que sua maior diferença dos ativos tangíveis ser o fato de não serem visivelmente identificáveis. Hendriksen e Van Breda (2009) explicam que a palavra intangível tem origem do latim *tangere* ou tocar, assim os bens do ativo intangível são bens que não podem ser tocados pois não possuem corpo, desta forma podendo-se afirmar que tais ativos são incorpóreos.

O Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível (2010) considera que o “ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.”. Schmidt e Santos (2002) definem ativos intangíveis como recursos incorpóreos controlados pela empresa capazes de produzir benefícios futuros. Iudícibus (2004) afirma que os ativos intangíveis como um ativo de capital que não tem existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que antecipadamente sua posse confere ao proprietário.

Os ativos intangíveis representam uma grande vantagem estratégica para a entidade que tem posse e controle sobre eles, entretanto tais recursos representam uma área complexa dentro da contabilidade, como salienta Hendriksen e Van Breda. Tal fato se origina principalmente pelo motivo de não possuírem substância física, conforme explanam Iudícibus, Martins *et al* e Schmidt e Santos, os autores também salientam que é requisito mínimo para o reconhecimento, que o ativo intangível possa gerar benefícios econômicos futuros para a entidade.

2.1 Goodwill

Goodwill é talvez o ativo intangível mais conhecido, e também um dos mais complexo dentro da contabilidade, ele é um ativo intangível que possui benefícios futuros muito incertos, e não é separável da empresa. Ao se considerar a complexidade de tal ativo apresentaremos as principais técnicas de avaliação aplicáveis.



Segundo Martins *et al.* (2013) o *goodwill* representa o valor pago pelo controle ou pela parcela da entidade adquirida que supera o valor justo do patrimônio líquido, considerando a participação de não controladores. Ocorre que mesmo com o suporte teórico e técnico, a avaliação do *goodwill*, muitas vezes é arbitrário, visto que o *goodwill* de uma empresa em funcionamento pertence a seus investidores e não de fato à empresa. Portanto nem a administrações, nem os contadores são capazes de dar uma avaliação correta do *goodwill*. Contudo, o investidor também não é capaz de alocar corretamente esse valor total da empresa a ativos tangíveis, ativos intangíveis e *goodwill* (Hendriksen e Van Breda, 2009).

Martins *et al.* (2013) faz referência a norma brasileira que impede que o *goodwill* gerado internamente possa ser reconhecido, sendo que o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura ou *goodwill* gerado internamente não deve ser reconhecido, pelo fato de não ser um recurso identificável ou separável controlado pela empresa. Argumenta também que além deste motivo, a falta de segurança para determinar o real valor do ágio gerado internamente, compromete de maneira considerável o reconhecimento deste ativo na contabilidade da organização.

O *goodwill* apresenta uma problemática própria dentro do grupo dos intangíveis, visto que sua mensuração e reconhecimento são de difícil aferição, Hendriksen e Van Breda, Iudícibus e Martins *et al.* (2013), destacam que o *goodwill* só deve ser reconhecido quando for adquirido através de uma transação de compra e venda, pois quando tal intangível é gerado internamente sua mensuração se torna arbitrária, se considerando que o método mais adequado possui relação com projeção de lucros futuros.

2.2 Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

Quando a empresa realiza pesquisa e desenvolvimento para desenvolver novos produtos ou ainda aperfeiçoar um produto antigo, se espera que esse gasto beneficie os períodos futuros e não somente o período presente. Para tanto os gastos deverão ser capitalizados e amortizados.

Iudícibus (2004) orienta que se não for possível antecipar o efeito de tais gastos na geração de receitas futuras da organização, os mesmos deverão ser reconhecidos diretamente como despesas. Entretanto se for possível identificar projetos bem-sucedidos capazes de gerar receitas futuras, os mesmos deverão ser reconhecidos no ativo da entidade. Hendriksen e Van Breda (2009), enfatizam que o *Fasb* se posicionou contrária a esta prática, uma vez que o Pronunciamento Número 2, orienta que todo o gasto com pesquisa e desenvolvimento deva ser apropriado como despesa no período corrente, essa recomendação apoiou-se na alegação de que não é possível encontrar qualquer relação de causa e efeito entre gastos de P&D e benefícios futuros. Tal orientação acarreta um grande problema, pois pesquisa e desenvolvimento é deixado muitas vezes de ser tratado como um ativo estratégico para apenas ser observado como uma despesa no período.

Martins *et al.* (2013, p. 324), assume o mesmo posicionamento dado por Hendriksen e Van Breda (2009) visto que os custos com os aprimoramentos e modificações em produtos existentes que se destinam a mantê-los atrativos no mercado no curso normal das atividades não devem ser ativados, mas lançados diretamente nas despesas. Niyama (2010) por sua vez destaca que é importante enfatizar que a inclusão desses gastos como ativo está vinculada à razoável segurança de que tais gastos contribuirão para a obtenção de benefícios econômicos futuros e que o critério e amortização devem ser obrigatoriamente mencionados em notas explicativas. Sendo que a incerteza vinculada quanto à viabilidade e os períodos contábeis a serem beneficiados constitui a principal dificuldade para a capitalização dos gastos com desenvolvimento como um ativo.



Com a leitura, é exequível verificar certa oposição de ideias entre os autores, visto que Hendriksen e Van Breda (2009), Martins *et al* (2013) e Niyama (2010) defendem a ativação dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, desde que fique claro que tais gastos proporcionarão um benefício econômico futuro para a companhia, Iudícibus *et al* (2004), por sua vez defende a ideia de descarregar todo o volume de gastos com pesquisa e desenvolvimento para o resultado, deste modo se pode chegar à conclusão que tal medida poderá distorcer o resultado, pois o gasto em questão não será consumido em sua totalidade no período em que for incorrido.

2.3 Software

Segundo Hendriksen e Van Breda (2009), a *Fasb* permite a capitalização de custos com desenvolvimento de *software*, entretanto exige que “a empresa tenha demonstrado a viabilidade tecnológica do produto. Vicenconti e Neves (2013), orientam que os gastos com aquisição ou produção de *softwares* devem ser classificados no ativo intangível e, portanto, sujeitos à amortização quando se tratarem de programas que tenham vida própria, podendo ser transferidos para outras máquinas e equipamentos ou até para outras empresas. Sendo que os mesmos atendem aos requisitos de reconhecimento de ativos, gerando expectativa de rentabilidade futura para a entidade.

A regra do *Fasb* e o conceito de ativação do gasto com o desenvolvimento de *software* apresentado por Vicenconti e Neves (2013) vão à mesma direção, se destacando que uma é o complemento da outra. Os conceitos apresentados estão em consonância com a definição de ativo intangível, uma vez que o intangível para ser reconhecido necessita gerar benefícios econômicos futuros para a entidade e que este “produto” possa ser comercializado em um mercado ativo, ou seja, que o ativo intangível possa ser comercializado em separado do conjunto de ativos tangíveis.

2.4 Marcas e patentes

Atualmente só podem ser reconhecidas as Marcas que são adquiridas através de uma transação de compra. Na contramão desta prática, a Fundação Australiana de Pesquisa em Contabilidade propõe que os gastos com propaganda e publicidade sejam capitalizados em uma conta chamada marca. Uma marca possui muitas das características de ativos tangíveis: um mercado, em virtude de existência de seus usos alternativos, separabilidade, e segurança razoável de retorno. Dado que as marcas são ativos por definição, e de que alguns especialistas alegam que são capazes de medir seu valor, parece não haver motivo para não reconhecê-las (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2009).

Adotando uma abordagem contrária à dada por Hendriksen e Van Breda (2009), Martins (2013) enfatiza que não se deve reconhecer contabilmente marca ou patente para a qual a companhia detentora do direito de exclusividade na sua exploração não tenha incorrido em custo. Contabilmente não se discute o valor dos benefícios econômicos que o referido ativo possa gerar para a entidade; a bem da verdade, dado o constructo do modelo contábil de confrontação de valor investido com retorno realizado; vinculação ao fluxo de caixa, distribuído temporalmente conforme fato gerador econômico; prudência com relação a expectativas de ingresso de receita. Sendo que para que um ativo seja reconhecido é necessário que a entidade tenha recaído em custos.

Para Ghani *et al.* (2012) a marca não é apenas um logo isolado, mas sim um símbolo, um ativo intangível, que produz toda a identidade de uma organização e é capaz de gerar valor



para ela. Desta forma a marca é um ativo que representa um real benefício futuro para a entidade, uma vez que gerará fluxos de caixas positivos.

Pode se verificar que não existe um consenso entre os autores mencionados no que se refere a contabilização da marca. Assim se considerando o posicionamento que Hendriksen e Van Breda (2009) adotam de contabilizar a marca a seu valor de mercado, cujo montante é concebido através de avaliação de empresas especializadas, entretanto Martins (2013) considera que tal procedimento não é válido, visto que é necessário incorrer em custos adicionais para que possa ser reconhecido tal intangível.

2.5 Capital Intelectual

O capital intelectual constitui uma classe muito específica e complexa dentro do grupo dos ativos intangíveis. Os contadores encontram extrema dificuldade em reconhecer e mensurar tal classe de ativos intangíveis, uma vez que as entidades não detêm a propriedade, posse e controle sobre o capital intelectual.

Honrade e Correia (2010) argumentam que o capital intelectual diz respeito ao conhecimento detido pelos colaboradores de uma organização e que influencia seu comportamento. Sendo que este está fortemente atrelado ao capital humano que existe e que de fato faz as organizações operarem, ou seja, seus colaboradores.

O quadro 1 na sequência, traz uma síntese da variedade de elementos que integram o capital intelectual, segundo a definição de alguns autores.

Quadro 1 – Classificação dos elementos que compõem o capital Intelectual

| | | |
|----------------------|-----------------------------------|---|
| EDVISION E MALONE | Capital Humano | Combinação de conhecimento, habilidades, capacidade de inovação e capacidade dos empregados em desenvolver tarefas. Valores, cultura e filosofia empresarial. |
| | Capital Estrutural | Hardware, software, banco de dados, estrutura organizacional, patentes, marca e tudo o mais que dá suporte para a produtividade dos empregados. Clientes e relações desenvolvidas com os mesmos. |
| BROOKING | Ativos de Mercado | Potencial que a empresa possui em decorrência dos intangíveis que estão relacionados ao mercado, tais como marca, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento, canais de distribuição. |
| | Ativo Humano | Benefícios que o indivíduo pode proporcionar para as organizações por meio da sua expertise, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica. |
| | Ativos de Propriedade Intelectual | Ativos que necessitam de proteção legal para proporcionarem às organizações benefícios tais como <i>know-how</i> , segredos industriais, <i>copyright</i> , patentes, <i>design</i> . |
| | Ativos de Infraestrutura | Tecnologias, metodologias e processos empregados como cultura organizacional, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação ao risco, banco de dados de clientes. |
| SVEIBY | Estrutura Externa | Marcas, marcas registradas, relações com clientes e fornecedores, imagem da empresa. |
| | Estrutura Interna | Estrutura organizacional, estrutura gerencial, estrutura legal, sistemas, pesquisa e desenvolvimento, software. |
| | Competência Individual | Envolve a capacidade de agir em diversas situações para criar ativos tangíveis e intangíveis. |

Fonte: Adaptado de Antunes *et al.* (2009, p.06).

Os ativos intangíveis vêm assumindo a função de ser o principal ativo das organizações, sendo que ele é o responsável por transformar de informação em conhecimento



e desta maneira gerar uma real vantagem competitiva para as organizações que os gerenciam. O fato de a economia do século XXI ser uma economia baseada em conhecimento fortalece o amplo desenvolvimento do capital intelectual dentro das organizações, visto que as empresas já não podem se limitar somente aos recursos tradicionais de produção, mas sim em recursos que visem fortalecer a inovação e a criação de valor para as organizações (MATOS e LOPES, 2008).

Segundo os autores supracitados o capital intelectual constitui um diferencial muito importante para as companhias, entretanto estas necessitam gerenciá-lo de maneira muito ponderada, visto que as mesmas não possuem a posse de seus colaboradores. Prova disto são os setores de tecnologias que possuem seu maior ativo determinado na capacidade de inovação dos colaboradores (conhecimento), do que em ativos tangíveis, como máquinas e equipamentos.

2.6 Vantagem competitiva

Na atual economia do conhecimento onde as organizações do século XXI se encontram inseridas a concorrência se caracteriza como questão central do sucesso ou fracasso de qualquer empreendimento, sendo que é necessário que ocorram adequações dentro da estrutura organizacional da empresa para que assim sejam maximizados os fatores que contribuem com o desempenho, com a inovação e para o fortalecimento de uma cultura coesa que vise estabelecer uma posição lucrativa e sustentável para a organização, para que desta forma a empresa possua forças para competir no mercado com seus concorrentes (POTTER, 1990). O cenário competitivo no qual as organizações se encontram inseridas na economia do conhecimento faz com que as organizações necessitem buscar novas formas de atuar, desta maneira se destacam os ativos intangíveis, visto que os mesmos se bem gerenciados podem gerar uma série de vantagens para as organizações, uma vez que são únicos e de difícil replicação.

Desta forma as organizações necessitam alinhar as estratégias para que possa ser alcançado melhores resultados e que estes não sejam esporádicos, mas sim permanentes dentro da organização. Diante deste desafio é possível verificar a existência de uma relação direta entre os recursos de uma empresa e seu crescimento. Sendo que é a decisão de saber de qual maneira utilizar os recursos disponíveis que fazem com que a empresa avance além dos limites de seu crescimento. Desta forma se torna possível verificar que a vantagem competitiva está contida na maneira de utilização dos recursos e não necessariamente nos próprios recursos, justificando desta maneira desempenhos diferentes em empresas do mesmo porte e do mesmo segmento de atuação. (PENROSE, 1959). A decisão de utilização de tais recursos para o investimento em um ou outro projeto/departamento de uma empresa está diretamente relacionado ao capital intelectual visto que é o capital humano o responsável pela tomada de decisão dentro das empresas.

3 Metodologia

O presente estudo se caracteriza como sendo do tipo descritivo pois segundo Gil (2010, p. 27) “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. A tipologia quanto aos procedimentos se justifica como *ex-post-facto*, pois segundo Silva (2010, p. 56) “o experimento é efetivado depois dos fatos, o pesquisador não possui controle sobre as variáveis”.

A população selecionada para a pesquisa compreendeu todas as companhias listadas



nos segmentos Nível 1 de Governança Corporativa. Quanto à coleta e tratamento dos dados utilizados no estudo, após a identificação da população, foi realizado o *download* do balanço patrimonial e das notas explicativas das companhias listadas nos segmentos selecionados no sítio da BM&F Bovespa e posteriormente foi adotado um corte na população onde foram selecionou-se para fazerem parte do estudo apenas as companhias que possuíam ativos intangíveis dentro de sua composição patrimonial no ano de 2014. Após este procedimento, a amostra do estudo contou com 27 das 30 companhias que estavam listadas no segmento Nível 1 de Governança Corporativa.

Após a definição da amostra, foram analisadas as demonstrações contábeis, visando identificar quais as classes de ativo intangível foram evidenciadas pelas companhias, também se tornou necessário calcular qual o nível de conformidade do *disclosure* do grupo do ativo intangível em relação ao que é exigido pelo Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível. Para tanto, os dados coletados foram tratados no Excel. A Figura 1 apresenta as variáveis que foram avaliadas a fim de identificar o nível de evidenciação do grupo do ativo intangível.

Figura 1 - Questionário sobre a adequação das informações relativas aos Ativos Intangíveis frente o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível



Fonte: Elaborada pelos autores.

As perguntas realizadas tinham 3 (três) opções de respostas, sendo elas: SIM, NÃO ou N.A (Não se Aplica). Então a partir análise dos documentos estudados foi aplicada a seguinte regra para tabulação dos resultados: as perguntas que possuíam como respostas SIM receberam o peso 1,0. As questões que foram respondidas com NÃO, receberam nota 0,0 e as que receberam como resposta N.A (Não se Aplica) foram desconsideradas na tabulação dos dados. Após este procedimento se efetuou a soma do valor máximo que poderia ser alcançado pela companhia em determinado período resultando em um *score*, posteriormente se confrontou tais resultados com o total de itens que estavam apresentados em conformidade



com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, possibilitando assim chegar a um índice que representa o grau de adequação das informações que foram divulgadas sobre os Ativos Intangíveis frente ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

Após a coleta e tratamentos dos dados no Excel da amostra selecionada, foram calculados os níveis de evidenciação de cada companhia que faz parte do presente estudo, bem como a representatividade do grupo do ativo intangível frente ao ativo total e ao patrimônio líquido das companhias, os quais são reportados na seção seguinte.

4 Análise dos resultados

Primeiramente se apresenta o nível de representatividade do grupo do ativo intangível frente ao ativo total e ao patrimônio líquido da companhia para os anos de 2007, 2008 e 2014. Em sequência é apresentada a estatística de apresentação de nota explicativa que trate especificamente sobre o grupo do ativo intangível. Na sequência são apresentados os resultados obtidos através da aplicação da aplicação dos questionamentos, para verificar qual o nível de conformidade com o *disclosure* do grupo do ativo intangível frente ao Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível das companhias listadas no segmento Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa.

Na tabela 1 é apresentado o grau de representatividade do grupo do ativo intangível frente ao ativo total e ao grupo do patrimônio líquido, para os anos de 2007, 2008 e 2014.

Tabela 1 - Representatividade do Ativo intangível frente ao Ativo Total e ao Patrimônio Líquido – segmento: Nível 1 de Governança Corporativa.

| Subsetor de atuação | AI/AT 2007 | AI/PL 2007 | AI/AT 2008 | AI/PL 2007 | AI/AT 2014 | AI/PL 2014 |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Comércio e distribuição | 5,90% | 15,00% | 4,27% | 10,68% | 14,27% | 44,85% |
| Energia Elétrica | 1,59% | 17,76% | 1,24% | 12,47% | 4,53% | 32,78% |
| Intermediários Financeiros | 0,18% | 1,55% | 0,86% | 8,33% | 0,71% | 4,26% |
| Madeira e Papel | 0,49% | 1,16% | 1,99% | 6,82% | 0,53% | 1,43% |
| Máquinas e Equipamentos | 1,13% | 8,36% | 1,15% | 7,00% | 17,19% | -41,83% |
| Material de Transporte | 0,65% | 1,88% | 0,81% | 2,15% | 1,92% | 4,94% |
| Mineração | 9,75% | 22,72% | 5,77% | 11,14% | 5,85% | 12,11% |
| Químicos | 13,69% | 49,67% | 10,95% | 67,58% | 5,74% | 48,11% |
| Siderurgia e Metalurgia | 0,02% | 0,04% | 8,18% | 39,78% | 13,20% | 25,18% |
| Tecidos. Vestuário e Calçados | 7,44% | 11,56% | 8,05% | 14,87% | 9,36% | 16,31% |
| Telefonia Fixa | 7,45% | 20,81% | 9,24% | 26,15% | 3,59% | 19,11% |

Fonte: Elaborada pelos autores.

As variações de representatividade que ocorreram entre 2007 e 2008 no segmento Nível 1 de Governança Corporativa, principalmente nos subsetores de atuação: Intermediários Financeiros, Madeira e Papel, Material de Transporte, Siderurgia e Metalurgia e Telefonia Fixa, estão intimamente relacionadas a promulgação e exigibilidade do Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, que passou a exigir que os ativos intangíveis fossem evidenciados dentro de um grupo próprio, visto que anteriormente a emissão deste pronunciamento os ativos intangíveis se encontravam esparsos dentro do Balanço Patrimonial, sendo evidenciados dentro de grupos como o Imobilizado e o Ativo Diferido. Após a emissão deste pronunciamento, os ajustes necessários foram realizados, resultando assim em uma variação relevante de um período para o outro.



A representatividade negativa encontrada em 2014 no subsetor de Máquinas e Equipamentos são justificados pelo fato de a companhia integrante deste grupo estar auferindo resultados negativos, fato este que corrói o Patrimônio Líquido da companhia, é importante destacar que esta mesma companhia se encontrava em 2014 em um processo de recuperação judicial.

No quadro 2 é apresentado quais as classes de ativos intangíveis que foram identificadas dentro das demonstrações contábeis das companhias listadas no segmento Nível 1 de governança Corporativa da BM&F Bovespa.

Quadro 2 - Classes de Ativos intangíveis evidenciados nos relatórios contábeis das companhias do Segmento Nível 1 de Governança Corporativa.

| | Classe de ativo intangível evidenciado |
|----|---|
| 1 | Acervo Técnico |
| 2 | Acordo de Pesquisa e Desenvolvimento |
| 3 | Ágio de Coligadas e Controladas |
| 4 | Benfeitoria em Imóveis de Terceiros |
| 5 | Carteira de Clientes |
| 6 | Direitos de Uso |
| 7 | Formulação de Projetos |
| 8 | Gasto com Desenvolvimentos Lógicos/Operações Estruturadas |
| 9 | Implantação de Sistema de Gestão |
| 10 | Marcas e Patentes |
| 11 | Otimização/ Expansão pré-operacional |
| 12 | Relacionamento com Fornecedores |
| 13 | Software/Tecnologia |
| 14 | Outros Ativos Intangíveis |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como é possível visualizar no quadro 2, foram identificados 17 classes de ativos intangíveis dentro dos relatórios contábeis das companhias estudadas. É importante ressaltar que neste contexto surge a rubrica “Outros Ativos Intangíveis” que é usualmente utilizadas para descrever valores que são irrelevantes frente ao total do grupo do Ativo Intangível.

Com relação a apresentação de nota explicativa que trata especificamente sobre o grupo do ativo intangível se tornou possível elaborar o quadro 5 que apresenta o percentual de companhias por setor de atuação que apresentaram notas explicativas que trataram diretamente sobre os ativos intangíveis.

Quadro 3 - Percentual (%) de companhias que estão listadas no segmento Nível 1 de Governança Corporativa que apresentaram Nota Explicativa que trata especificamente do grupo dos Ativos Intangíveis.

| SUBSETOR DE ATUAÇÃO | % de companhias que apresentaram Notas Explicativas referindo-se aos Ativos Intangíveis | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2014 |
| Comércio e Distribuição | 100% | 100% | 100% |
| Energia Elétrica | 100% | 100% | 100% |
| Intermediários Financeiros | 57% | 86% | 100% |
| Madeira e Papel | 0% | 100% | 100% |
| Máquinas e Equipamentos | 100% | 100% | 100% |
| Material de Transporte | 100% | 100% | 100% |
| Mineração | 100% | 100% | 100% |
| Químicos | 100% | 100% | 100% |
| Siderurgia e Metalurgia | 100% | 75% | 75% |
| Tecidos, Vestuário e Calçados | 100% | 100% | 100% |
| Telefonia Fixa | 100% | 0% | 100% |

Fonte: Elaborado pelos autores.



Ao se realizar uma análise ao quadro 3 é exequível verificar que ocorreu uma elevação na quantidade de companhias que apresentaram Notas Explicativas que tratem especificamente sobre os Ativos Intangíveis. Tal afirmação se concretiza ao analisar que apenas as companhias do subsetor de atuação de Siderurgia e Metalurgia (75%) não apresentaram em sua totalidade a Nota Explicativa que trata especificamente sobre os Ativos Intangíveis no ano de 2014.

A tabela 2 nos proporciona visualizar qual o grau de conformidade do *disclosure* do grupo do ativo intangível frente as informações que são exigidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e também verificar se ocorreu uma evolução nos níveis da conformidade do *disclosure* do ativo intangível nos períodos que foram alvo da presente pesquisa.

Tabela 2 - Evolução do índice de evidenciação das informações relativas aos Ativos Intangíveis em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, das companhias listadas no segmento Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa.

| SUBSETOR DE ATUAÇÃO | NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|--|--------|--------|--------|---------------|--------|--------|--------|---------------|--------|--------|--------|---------------|
| | Nº de Empresas | 2007 | | | | 2008 | | | | 2014 | | | |
| | | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
| Comércio e Distribuição | 1 | 77,78% | 77,78% | 77,78% | - | 63,64% | 63,64% | 63,64% | - | 90,91% | 90,91% | 90,91% | - |
| Energia Elétrica | 5 | 33,33% | 75,00% | 46,11% | 18,80% | 36,36% | 72,73% | 48,36% | 17,04% | 80,00% | 100,0% | 96,00% | 8,94% |
| Intermediários Financeiros | 7 | 11,11% | 44,44% | 37,10% | 12,29% | 50,00% | 100,0% | 62,86% | 19,76% | 60,00% | 100,0% | 84,94% | 13,67% |
| Madeira e Papel | 2 | 22,22% | 62,50% | 42,36% | 28,48% | 50,00% | 80,00% | 65,00% | 21,21% | 60,00% | 81,82% | 70,91% | 15,43% |
| Máquinas e Equipamentos | 1 | 25,00% | 25,00% | 25,00% | - | 45,45% | 45,45% | 45,45% | - | 90,91% | 90,91% | 90,91% | - |
| Material de Transporte | 2 | 44,44% | 44,44% | 44,44% | - | 60,00% | 70,00% | 65,00% | 7,07% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | - |
| Mineração | 1 | 55,56% | 55,56% | 55,56% | - | 80,00% | 80,00% | 80,00% | - | 100,0% | 100,0% | 100,0% | - |
| Químicos | 1 | 66,67% | 66,67% | 66,67% | - | 81,82% | 81,82% | 81,82% | - | 90,91% | 90,91% | 90,91% | - |
| Siderurgia e Metalurgia | 4 | 22,22% | 22,22% | 22,22% | - | 50,00% | 87,50% | 72,33% | 16,58% | 9,09% | 100,0% | 72,73% | 42,64% |
| Têxteis, Vestuário e Calçados | 2 | 75,00% | 77,78% | 76,39% | 1,96% | 60,00% | 80,00% | 70,00% | 14,14% | 72,73% | 100,0% | 86,36% | 19,28% |
| Telefonia Fixa | 1 | 75,00% | 75,00% | 75,00% | - | 50,00% | 50,00% | 50,00% | - | 90,91% | 90,91% | 90,91% | - |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao se realizar a análise da tabela 2 se torna exequível verificar que as companhias integrantes dos subsetores de Material de Transporte e do subsetor de Mineração, apresentaram 100% das informações aplicáveis em conformidade com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, para o ano de 2014, tais setores vem de uma linha histórica de elevação da conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), tal informação pode ser confirmada pelo fato de em 2007 apresentarem respectivamente 44,44% e 55,56% e em 2008, 65,00% e 80,00% respectivamente, culminando em 2014 com a total adoção das normas que são exigidas pelo Pronunciamento Técnico em questão.

O menor índice de conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, em 2014, foi o alcançado pelo subsetor de Madeira e Papel, visto que o índice médio foi de 70,91%, entretanto é possível verificar que houve uma evolução no índice de conformidade com o Pronunciamento Técnico, visto que em 2007 este índice era de 42,36% e em 2008, 65%, é exequível verificar que houve uma redução no desvio padrão visto



que em 2007 era de 28,48%, em 2008, 21,21% e em 2014, 15,43% demonstrando que houve uma redução nas diferenças entre os níveis de evidenciação nas empresas.

Com relação ao índice de desvio padrão é possível verificar que no subsetor de Tecidos, Vestuário e Calçados, ocorreu uma elevação neste índice, visto que em 2007 o desvio padrão era de 1,96%, em 2008 se elevou para 14,14% e em 2014 foi de 19,28%, o que vem demonstrando um distanciamento dos níveis de evidenciação das companhias integrantes do setor. O setor de siderurgia e metalurgia também apresenta um distanciamento entre as companhias, visto que em 2008 o desvio padrão era de 16,58% e saltou para incríveis 42,64% conforme foi anteriormente comentado.

Em linhas gerais se pode verificar que ocorreu uma melhora no nível de conformidade das informações relativas ao grupo do Ativo Intangível com o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível. Visto que ocorreu uma melhora considerável dos níveis de conformidade das informações que foram divulgadas pelas companhias sobre o grupo do Ativo Intangível. Com exceção dos subsetores de: Tecido, Vestuário e Calçados e o subsetor de Siderurgia e Metalurgia, também foi possível verificar uma redução no desvio padrão, fato que comprova que a distância entre os níveis de conformidade da evidenciação entre as companhias vem reduzindo.

5 Considerações finais

O trabalho objetivou reportar o grau de evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios contábeis das companhias que foram estudadas. O desenvolvimento do trabalho buscou coletar informações sobre as formas de evidenciação dos Ativos Intangíveis nas demonstrações contábeis das companhias estudadas e verificar qual seu grau de aderência ao Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível. A pesquisa foi descritiva, com abordagem qualitativa, foi conduzida por meio da análise documental do tipo *ex-post-facto*, tendo como base a consulta ao Balanço Patrimonial e Notas Explicativas disponíveis no site da BM&F Bovespa e nos sites das próprias companhias que foram estudadas. A amostra deste estudo compreendeu um total de 27 companhias, sendo que elas integrantes do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa. O desenvolvimento do trabalho teve como base para estudo os anos de 2007, 2008 e 2014.

Por meio da análise das demonstrações contábeis das companhias estudadas, foi possível verificar quais Ativos intangíveis são evidenciados nos relatórios contábeis das companhias listadas no segmento Nível 1 de Governança Corporativa, foi possível verificar que foram utilizadas 15 classes de Ativos Intangíveis para evidenciar os Ativos Intangíveis existentes dentro das companhias.

Com o desenvolvimento do trabalho foi possível analisar se os Ativos Intangíveis estavam sendo evidenciados conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, com a realização de tal análise, se pode afirmar que no ano de 2007 por não existir uma norma que tratasse especificamente sobre a forma de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Ativos Intangíveis, ocorreram distorções relevantes. Entretanto para o ano de 2014 é possível verificar um alto grau de aderência ao Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), onde os critérios são atendidos pela grande maioria das companhias.

Quanto à apresentação de Notas Explicativas para evidenciar informações sobre o grupo do Intangível, é exequível verificar que houve uma elevação na quantidade de companhias que utilizaram a Nota Explicativa como ferramenta para descrever os critérios que foram adotados para a evidenciação, mensuração e divulgação do grupo do Ativo Intangível. Para o segmento Nível 1 de Governança Corporativa, foi possível verificar que em 2007 apenas 57,00% das companhias do subsetor de Intermediários Financeiros e nenhuma



companhia do subsetor de Madeira e Papel apresentavam Nota Explicativa que tratasse especificamente sobre o grupo do Ativo Intangível, entretanto para o ano de 2014 se constatou que todos os subsetores com exceção do subsetor de Siderurgia e Metalurgia (que apresentou um índice de 75,00% de apresentação da Nota Explicativa), apresentaram em 100,00% das companhias Nota Explicativa que tratasse especificamente das práticas que foram adotadas para o grupo do Ativo Intangível

Por fim, com o desenvolvimento do trabalho se tornou necessário proceder a elaboração da tabela 2 que demonstrou a evolução da evidenciação dos Ativos Intangíveis nas companhias que foram alvo do estudo, foi possível verificar que nas companhias integrantes do segmento Nível 1 de Governança Corporativa, ocorreu uma evolução significativa de maneira geral em todos os subsetores de atuação, onde se destacam os subsetores de Material de Transporte e Químicos que obtiveram em 2014 um índice de 100,00% de conformidade das práticas adotadas para evidenciação, mensuração e evidenciação do grupo do Ativo Intangível frente ao Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, se torna relevante destacar que para o período de 2007 os índices alcançado foram de respectivamente: 44,44% e 55,56% e para 2008: 65,00% e 80,00%, demonstrando desta maneira a clara evolução que ocorreu nos períodos que foram alvo do estudo. Cabe destacar que o subsetor de Siderurgia e Metalurgia alcançou o índice de 72,73% de conformidade em 2014, entretanto o subsetor apresentou a companhia que obteve o menor índice de conformidade das informações apresentadas sobre o grupo do Ativo Intangível com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, esta companhia foi a Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa S.A, com índice de 9,09%, entretanto foi possível verificar que houve uma evolução no nível de evidenciação para o referido subsetor nos períodos que foram estudados.

A evolução nos níveis de evidenciação no grupo do ativo intangível demonstra que tais ativos vêm se tornando realmente fatores de vantagem competitiva para as organizações, visto que a necessidade e qualidade da informação reportadas aos mais distintos usuários vem aumentando consideravelmente.

Os resultados obtidos por este trabalho despertam o interesse em novas pesquisas sobre ativos intangíveis. Assim, se recomenda a utilização de outros períodos de tempo, a fim de verificar possíveis tendências e/ou evoluções dos níveis de conformidade das informações divulgadas relativas ao grupo do Ativo intangível com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível. Também seria interessante aumentar o número da amostra, expandindo a pesquisa a outros seguimentos de listagem da BM&F Bovespa.

Referências

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti.; BRAGA, Hugo Rocha. **Mudanças contábeis na lei societária**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANTUNES, Maria Tereza Pompa *et al.* **Evidenciação dos ativos intangíveis (capital intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei 11638/07**. 2009. Disponível em: <<http://anaisbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1033/1033>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 2012.

AVELINO, Bruna Camargos et al. Evidenciação de Ativos Intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**. v.6, n.14, p. 22-45, 2012.



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade

International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

- BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BONTIS, Nick. Intellectual capital: an exploratory study that develops measures and models. **Management Decision**. v. 36, n. 2, p.63-76, 1998.
- CARVALHO, L. Nelson *et al.* **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2009.
- CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Comunicado ao mercado**. 2008. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/port/infos/Esclarecimento.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2015.
- CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC01(R1):** Redução ao valor recuperável dos ativos .2010. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2005.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2015.
- CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC04(R1):** Ativos intangíveis. 2010. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2006.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2015.
- FAVERO, Hamilton Luiz *et al.* **Contabilidade teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1997.
- GHANI, Alan Nader Ackel *et al.* Avaliação financeira de marcas: há evidência empírica entre o valor de mercado (BMF&BOVESPA) e o valor da marca (BRAND FINANCE). **Revista Contabilidade Vista & Revista**. v.23, n.2, p. 61-82, 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HENDRIKSEN, Eldson S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HONRADO, Graciete.; CORREIA, Manuela Faia. Importância do capital intelectual na gestão estratégica das organizações. **Lusíada. Economia & Empresas**. n.11, p. 183-194, 2010.
- HOSS, Osni *et al.* **Conhecimento e aplicação contábil**. Cascavel: DRHS – Osni Hoss, 2006.
- HOSS, Osni *et al.* **Gestão de ativos Intangíveis:** da mensuração à competitividade por cenários. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**.10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de (Cord.). **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Introdução à teoria da contabilidade:** para o nível de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOIA, Luiz Antonio. Medindo o capital intelectual. **Revista de Administração de Empresas.** v.41, n. 2, p. 54-63, 2001.

KAPFERER, Jean-Noel. **Marcas á prova de prática:** aprendendo com erros. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

KAYO, Eduardo Kayo et al. Marcas, patentes e criação de valor. **Revista de Administração Mackenzie.** v.9, n.1, p. 86-106, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu et al. Goodwill: uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos. **Revista Contabilidade & Finanças.** v.21, n.52, p. -, 2010.

MARTINS, Eliseu et al. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas do internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MATOS, Eduardo Bona Safe de et al. Convergência Internacional: análise da relação entre o processo normativo e a composição dos membros do IASB. **Advances in Scientific and Applied Accounting.** v.6, n.1, p. 66-91, 2013.

MORAES, Eliene Aparecida de et al. Valoração de Goodwill gerado internamente através do valor de mercado: um estudo a partir das demonstrações financeiras de uma empresa de tecnologia. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade.** v.3, n.1, p. 53-70, 2013.

MOURA, Geovanne Dias de et al. Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa. **Revista de Administração Mackenzie.** v.15, n.5, p. 140-170, 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi *et al.* Algumas reflexões sobre contabilidade criativa e as normas internacionais de contabilidade. **Revista Universo Contábil.** v. 11, n.1, p.69-87, 2015.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NUNES, Gilson.; HAIGH, David. **Marca:** valor do intangível, medindo e gerenciando seu valor econômico. São Paulo: Atlas, 2003.

PENROSE, E. G. *The Theory of the Growth of the Firm.* New York: Wiley, 1959.

VIANA, Kleinia Anjos. A fidelização de clientes no século XXI: A importância da manutenção de relacionamentos de longo prazo para as organizações. **Publicações Faculdade Senac Minas.** v.3, n.1, p. 13-25, 2015.

VINCECONTI, Paulo; NEVES Silvério das. **Contabilidade avançada:** e análise das demonstrações financeiras. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

SÁ, Antonio Lopes de. **Dicionário de contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHIMIDT, Paulo.; SANTOS, José Luiz dos. **Avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SZUSTER, Natan et al. **Contabilidade geral:** introdução à contabilidade societária. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.